

Luís Eduardo e Sarney barram aumento dos parlamentares

DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — Os presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), deflagram nas últimas 24 horas uma verdadeira operação de guerra para conter a campanha por um reajuste salarial de 36,5% (IPC-r) para os parlamentares e um aumento das verbas destinadas a seus gabinetes. Enquanto Luís Eduardo enviou emissários ao primeiro-secretário da Mesa Diretora da Câmara, deputado Wilson Campos (PSDB-PE), para que parasse de defender o aumento, Sarney solicitou ao vice-presidente do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), que adiasse o projeto de concessão de R\$ 50 mil a cada gabinete. O assunto votará à tona em agosto, depois do recesso.

— Sarney fez um apelo dramático para que deixássemos esse assunto para agosto. Alegou que não era hora de discutir isso e nós concordamos. Agora, que fique claro: nosso problema é de estrutura para o gabinete. O problema de salários é lá com a Câmara — disse Campos.

Sarney e Luís Eduardo uniram forças para convencer os líderes do movimento pró-reajuste de que não seria bom para a imagem do Congresso discutir salários agora. Um dos argumentos era o de que já houve muito desgaste com o tema no final da legislatura passada, quando o salário bruto passou de R\$ 4 mil para R\$ 8 mil mensais, e foi cria-

do o 14º salário para os parlamentares. O IPC-r integral de 36,5% elevaria os atuais salários para pouco mais de R\$ 11 mil.

Os dois presidentes desmontaram, por enquanto, as bombas preparadas para explodir ontem e que ampliariam o movimento pró-aumento. O senador Júlio Campos chegou a receber na noite de quarta-feira um telefonema do deputado Severino Cavalcanti (PFL-PE), um dos autores do abaixo-assinado que circula na Câmara pedindo aumento dos salários, solicitando o seu apoio.

Na Câmara, Wilson Campos que desafiara Luís Eduardo a pôr as propostas de salário em votação na Mesa mudou o tom. Ao contrário do que dissera na quarta-feira, garantiu que não encaminhará o abaixo-assinado.

— Falei apenas do testemunho dos deputados. Nós, da Mesa, que julgamos, não vamos comentar. Seria pré-julgamento. Quanto ao abaixo-assinado, quem quiser que leve ao presidente. Eu não o assinei — disse ele.

O abaixo-assinado começou a circular na Casa há quatro dias e ontem já tinha 397 assinaturas. Luís Eduardo não quer ouvir falar em salário. Ontem, ele cancelou a reunião da Mesa para evitar a discussão do tema. Disse apenas que não recebeu as reivindicações e só dará declarações a respeito quando elas chegarem às suas mãos.

— Não vamos fazer com que a falta de notícias gere notícias para diminuir o trabalho que a Câmara fez esse semestre — disse ele.